

Dar prioridade à estabilidade



José Luís Nunes e Nuno Tavares, sócios da IPMG (Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.), partem da sua ampla experiência no contacto com o tecido empresarial português para nos oferecerem a sua análise acerca dos problemas mais urgentes com que este se depara. A tônica foi, claramente, colocada na questão da instabilidade fiscal.

Acerca da IPMG e da atividade destes seus dois sócios, importa referir que conta com um vasto leque de empresas suas clientes, dentro do qual encontramos representantes de setores como “a banca, o setor público e pequenas e médias empresas ligadas à indústria, ao setor automóvel, à construção, à agricultura e, principalmente, ao comércio e serviços em geral”. É uma sociedade que, desde 1989, acompanha a evolução

da realidade que envolve todo este tecido e, portanto, das tendências que influenciam a sua saúde económica e financeira.

Da conversa que José Luís Nunes e Nuno Tavares tiveram connosco, o essencial a registar é a apreensão com que encaram um ambiente político e legislativo que é cronicamente instável, e que se repercute numa quebra da confiança quer internamente quer no ponto de vista dos investidores internacionais. Começando com um exemplo do momento, referem a conservação da taxa de IRC nos 21%, no Orçamento de Estado para 2016, como mais um caso que reflete esta instabilidade: “Deixa de haver a progressividade na descida que tinha sido acordada. Ora, se logo no segundo ano alteramos a tendência isso tira-nos logo a credibilidade nesta matéria da estabilidade”. Para José Luís Nunes, o efeito da taxa incide mais sobre “os níveis de confiança ou de otimismo que gera do que propriamente sobre a questão prática dos 2% de diferença que as empresas vão ter que pagar”. Continuando, “o emprego e o crescimento dependem de expectativas e quebrar essas

José Luís Nunes e Nuno Tavares são dois dos sócios da IPMG (Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.). Os dois conversaram connosco acerca da atividade da sociedade, abordando igualmente a realidade em que a classe está inserida.

expectativas pode dificultar as nossas perspetivas a médio-longo prazo”.

Nuno Tavares reforça esta ideia, chamando a atenção para o facto de que “o empresário estava à espera de que houvesse uma descida gradual e fez o seu planeamento partindo dessa ideia, resultando esta manutenção dos 21% numa quebra dessa confiança”. No fundo, uma quebra que se vem juntar a algo que é permanente no sistema fiscal do país. Conforme comenta José Luís Nunes, “aquilo que hoje é verdade, logo no orçamento seguinte deixa de o ser. Internamente, ninguém acredita no sistema português quanto à estabilidade, dado que nunca se verificou porque cada novo governo procura mudar as regras todas. É verdade que há mudanças que têm que ser feitas mas julgo que andamos sempre a olhar para políticas e não pensamos nunca em preservar a estabilidade que é necessária”.

Os dois sublinham que o que defendem é importante para efeitos internos mas igualmente quanto à captação de investimento internacional: “Os países periféricos já partem com uma série de desvantagens e têm que encontrar soluções para

atraírem esse investimento. A Irlanda é um exemplo de sucesso nessa matéria e não é por acaso que as multinacionais americanas estão lá sediadas; é porque a taxa é atrativa. Estamos a falar de países periféricos que têm que jogar com este efeito psicológico e não é compatível com a nossa posição que continuemos a não ser competitivos nesse aspeto. De qualquer modo, tão ou mais importante do que a taxa nominal é a própria estabilidade”.

A respeito de uma eventual descida no IRC, Nuno Tavares admite que causa “um efeito psicológico em que muita gente entende uma medida dessas como um favorecimento do Estado às empresas”. Pelo contrário, considera que “havia que ver isto noutra perspetiva, em que a descida não é um favorecimento mas sim uma forma de potenciar o investimento, os resultados e, com isso, a matéria coletável. O que importa, do ponto de vista da receita do Estado, não é tanto o valor nominal da taxa mas sim sobre que valor é que vai ser aplicada. Com mais confiança e otimismo na economia, a base coletável aumenta e, mesmo com uma taxa inferior, provavelmente há mais receita”, conclui.



ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais Contas

LISBOA | ALGARVE | PORTALEGRE | FAIAL (Açores)

www.ipsroc.pt